

ALGUMAS APLICAÇÕES PRÁTICAS DO AXIOMA NUMISMÁTICO DE TRIGUEIROS

António Pacheco Trigueiros

RESUMO

O autor desenvolveu um conjunto de estudos numismáticos utilizando uma metodologia de análise estatística das características médias das gravuras das moedas de um mesmo tipo numismático. Considerando que a moeda metálica é o produto acabado de uma estrutura industrial organizada, a que se dá o nome de Casa da Moeda; considerando que a produção industrial de moedas de uma mesma época e tipo numismático, resulta na cunhagem de apreciáveis quantidades pelos mesmos processos de gravura e de amoeção; considerando que a sua emissão e lançamento na circulação transformam as moedas em objectos que obedecem às leis da distribuição estatística aleatória ao longo dos tempos; então, a sua recolha e colecionismo dará sempre origem a uma amostra que reproduz as características médias da população original. Se essa amostra for significativa (em quantidade), é possível concluir que, todo e qualquer exemplar que não corresponda às características médias da amostra é provavelmente falso (não é genuíno dessa época e tipo numismático), ou não é moeda (será um conto para contar, um ensaio, ou uma fantasia). A metodologia utilizada foi condensada no seguinte axioma numismático, sobre a identificação de falsos numismas: **AXIOMA NUMISMÁTICO** – «Numa distribuição aleatória de uma amostra significativa de moedas de um mesmo tipo numismático, é nula a probabilidade da ocorrência de um exemplar genuíno que não obedeça às características médias da população da amostra» (*António Trigueiros, Julho 2014*).

PALAVRAS CHAVE: Moedas Falsas, Axioma Numismático

ABSTRACT

The author conducted a series of numismatic studies using a statistical analysis methodology of the average main engraving characteristics for coins belonging to the same numismatic type. Considering that coins are the finished product of an organized industrial structure, known as the Mint; Considering that industrial production of coins from the same period of time and numismatic type, results in appreciable amounts of coinage by the same engraving and minting process; Considering that after their issuance and release into circulation, coins become objects that obey the laws of random statistical distribution over time; Then, its collection will always give rise to a sample that reproduces the average main engraving characteristics of the original population. If this sample is significant (in quantity), one can conclude that, any coin that does not correspond to the average main characteristics of the sample is probably false (not corresponding to the norm for that time period and numismatic type) or it is not currency (will be a token, an essay or a fantasy). The methodology used by the author has been condensed in the following numismatic axiom on the recognition of forged coins: **TRIGUEIROS'S NUMISMATIC AXIOM** - "In a random distribution of a significant sample of coins of the same numismatic type, the probability of the occurrence of a genuine item that does not meet the average main characteristics of the sample population is zero." (*Antonio Trigueiros, July 2014*).

KEYWORDS: Forged coins, Numismatic Axiom

INTRODUÇÃO

Muitos de nós já tivemos uma experiência semelhante: -- perante uma moeda, uma medalha ou uma condecoração diferente do normal, ou que foge à trivial banalidade dos exemplares mais conhecidos e propagandeados em livros ou nas redes sociais,

surge logo a exclamação de um suposto perito, “eu logo vi que era falsa”.

É bem verdade que a nossa memória virtual e os nossos conhecimentos numismáticos e coleccionistas, adquiridos ao longo dos anos, são uma preciosa ferramenta para nos ajudar a separar o trigo do joio numismático; é bem verdade que, em muitas situações de moedas adulteradas, viciadas, falsificadas por fundição ou pelos modernos processos ditos “à chinesa”, um olhar experto, se necessário ampliado em lupa, consegue perceber que estamos na presença de cópias ou de falsificações mais ou menos perfeitas. Contudo, o mesmo já não se pode dizer, por exemplo, de moedas mais antigas, ou mesmo muito antigas, de cunhagem manual, que não têm vestígios de terem sido adulteradas ou viciadas, e que são apresentadas como “variantes desconhecidas”, de raros tipos numismáticos. Aí o olhar já não funciona, a experiência colecionista ou mercantil já não serve de muito, a dúvida instala-se.

Pessoalmente nunca fui dado ao exame ou ao estudo de exemplares supostamente falsificados, nunca fui um coleccionador regular e persistente (pelo menos nas moedas), nunca tive a numismática como profissão, sempre me considerei como um historiador amador, que vageou pela Numismática, pela Notafilia, pela Medalhística, e, agora, pela Falerística, sempre em busca de terrenos virgens, para os estudar, completar, discutir e corrigir, se necessário.

Foi precisamente no decurso de um desses estudos inéditos que fui confrontado com uma situação, que exigia uma decisão e uma resposta, a ser dada publicamente: -- depois de ter reunido uma alargada base de dados sobre os portugueses de ouro manuelinos e joaninos, contemplando 91 exemplares; depois de os ter a todos descrito, catalogado e dividido por sub-tipos numismáticos; e finalmente, depois de os ter confrontado visualmente entre si, um a um, deparei-me com dois exemplares que não se encaixavam em nenhuma das sub-divisões feitas.

Curiosamente, eram ambos ditos do Porto, uma atribuição que, percebi então, tinha sido criada propositadamente para catalogar e encaixar na colecção da numária portuguesa, exemplares com gravuras fora do normal para o seu tipo. Posteriormente vim a perceber que o mesmo acto da atribuição e de catalogação de exemplares com gravuras ou legendas “esquisitas”, se estendia a outras moedas, de ouro e de prata, sobretudo do período da dinastia de Avis.¹

Acontece que, além de historiador amador, de escritor numismata e de engenheiro químico profissional, com larga experiência na área da aplicação prática dos métodos estatísticos, fui director operacional da casa da moeda de Lisboa durante mais de uma dezena de anos, e nessa qualidade muito aprendi sobre o funcionamento da nossa oficina monetária, na actualidade e como funcionava quinhentos anos atrás.

A realidade industrial de uma casa da moeda e o estudo dos métodos antigos de amoeção, desde a preparação dos discos metálicos (que eram designados por “moedas” no século XV e XVI), à gravação dos ferros dos cunhos e à sua têmpera,

¹ Tudo indica que o iniciador desta prática foi o eng. Ferraro Vaz. Veja-se a nota 6 adiante.

até ao acto da cunhagem propriamente dita, donde saía o “dinheiro”, depois branqueado, pesado, contado e embalado, todos esses dois conhecimentos juntos das técnicas antigas e dos métodos modernos, permitiram-me ter uma visão bem clara da realidade da produção monetária quinhentista.

A Moeda como produto acabado de uma estrutura industrial organizada

Foi esse conhecimento que tentei transmitir no capítulo dedicado à Casa da Moeda de Lisboa nos reinados de D. Manuel I e D. João III, na introdução para o livro *Moedas Portuguesas na época dos Descobrimentos*.² Vale a pena recordar o que então escrevi:

«A CASA DA MOEDA DE LISBOA NOS REINADOS DE D. MANUEL I E D. JOÃO III

*Não deixa de ser paradoxal que, sendo a Casa da Moeda de Lisboa o mais antigo estabelecimento fabril do Estado Português, com uma história de permanente laboração desde há mais de 700 anos, todos os estudos histórico-monetários e numismáticos entre nós publicados, com uma muito honrosa excepção, tenham sistematicamente negligenciado ou esquecido encarar este aspecto fundamental: **a moeda como produto acabado de uma estrutura industrial organizada.***

*É frequente encontrarem-se referências às técnicas de amoedação utilizadas ao longo de séculos, quase sempre referidas à operação de cunhagem propriamente dita, desde a primitiva cunhagem a marteo, passando pela inovação do balancé de parafuso, no século XVII, até à introdução das prensas monetárias movidas a vapor, no século XIX. Pouco ou nada se diz, contudo, dos processos de fabrico que antecediam a cunhagem, de como se organizavam as linhas de produção dos discos metálicos (**o corpo da moeda**); das técnicas de gravação do ferro dos cunhos e das suas têmperas (**o rosto da moeda**); do controlo de qualidade e das tolerâncias de liga e pesos admiradas, assegurando o respeito pelas leis monetárias (**a confiança na moeda**); dos volumes de amoedações e da rentabilidade produtiva alcançada (**o volume de moedas**); dos procedimentos administrativos e burocráticos que coordenavam, fiscalizavam, registavam e garantiam a segurança nas sucessivas transferências dos metais, desde a sua recepção em bruto até à sua saída já transformados em dinheiro que ia correr; e de como todas essas técnicas, tecnologias e procedimentos podem ter deixado marcas nas moedas fabricadas, ou influenciado a concepção de novos*

² GOMES, Alberto e TRIGUEIROS, António Miguel. *Moedas Portuguesas na época dos Descobrimentos, 1385-1580*. Lisboa: ed. Alberto Gomes, p. IX. Com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e da Fundação Oriente.

tipos monetários.

Com o produto de uma actividade industrial, a moeda metálica não aparece só como reflexo de conjunturas económicas e financeiras que foram balizando o seu valor intrínseco e nominal, nem só com o marca das tendências ou sensibilidades artísticas e religiosas das diferentes épocas, mas também representa um importante testemunho do próprio grau de evolução da organização laboral que as fabricou, dos seus conhecimentos técnicos e científicos.»

Este conceito inovador e objectivo da moeda metálica seria novamente reformulado uma década mais tarde, nas páginas da apresentação do livro *A Grande História do Escudo Português*:³

«A moeda metálica (...) tem que ser estudada como aquilo que ela é em si mesma: um objecto produzido industrialmente, constituído por um corpo metálico e por um rosto numismático (...).

Como objecto, a moeda metálica tem de ser encarada como um produto acabado de uma actividade industrial organizada, constituindo por isso um importante testemunho do próprio grau de evolução técnica e científica do fabricante, cuja história não pode ser esquecida.

Como corpo metálico, a moeda reflete com naturalidade as conjunturas económicas que foram balizando e adequando o seu valor intrínseco ao seu valor facial.

Como rosto numismático, a moeda metálica é uma marca perene das tendências e das sensibilidades artísticas, políticas, sociais e culturais das diferentes épocas que atravessou.»

Passaria outra década até chegar o momento em que todos esses conceitos e ideias seriam aplicados, pela primeira vez na prática, num estudo numismático dos portugueses de ouro quinhentistas – na continuação, aliás de uma verdadeira paixão académica que me acompanhou desde 1983, aquando da realização em Lisboa da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, e da minha colaboração como coordenador dos sectores de Numismática e de Medalhística.⁴

Estudo esse acima referido, da inventariação e classificação de 91 portugueses de ouro manuelinos e joaninos, de que resultou a identificação de 2 exemplares duvidosos, cujas características de gravura não se encaixavam nas variantes e tipologias secundárias organizadas.

³ TRIGUEIROS, António Miguel. *A Grande História do Escudo Português*. Lisboa: Colecções Philae, 2003 (editado em 2004), p. 15.

⁴ TRIGUEIROS, António Miguel. *Numismática e Medalhística*. Separata dos catálogos da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. Lisboa: ed. do autor, 1984. Catálogo dos núcleos museológicos da Torre de Belém e do Mosteiro dos Jerónimos.

Fui assim conduzido a aplicar uma metodologia estatística ao conjunto das moedas em estudo, considerada como uma amostra significativa e representativa da população original. A conclusão inferida foi que, os dois exemplares duvidosos eram, clara e inequivocamente, moedas falsas.

Resultou dessa análise estatística a formulação de um axioma numismático, que pudesse ajudar os autores, investigadores e historiadores, na detecção de falsos numismas, ou de não-moedas, pela aplicação dessa nova visão metodológica e científica, de índole estatística. A qual, na minha opinião, deve acompanhar sistematicamente todo e qualquer estudo sobre moedas metálicas.

É dessa experiência de algumas aplicações práticas deste axioma numismático, que vos dou conta neste artigo para a *Nvmmvs*, formulando votos para que os leitores possam utilizá-lo para construir e estudar outras bases de dados, e descobrir outros infiltrados menos dignos de figurar nas coleções de Portugal. Como o tostão 19 de D. João III de Aragão.

UMA ABORDAGEM ESTATÍSTICA: O AXIOMA NUMISMÁTICO

Antes de mais temos que sintetizar alguns definições elementares de estatística, convertidas em linguagem colecionista e nomenclatura numismática. Assim:

População – Grupo que constitui a totalidade dos elementos em estudo. Tipo numismático a estudar, incluindo todas as suas variantes conhecidas, de gravura, legendas e marcas monetárias.

Amostra – Grupo menor que faz parte da população em estudo. Número de moedas desse tipo numismático, cujas características intrínsecas e de gravura estão acessíveis em coleções, registos ou catálogos, com as respectivas fotografias. A sua recolha tem que ser aleatória e representativa da população, para se poder tirar conclusões firmes do estudo.

A aplicação das metodologias estatísticas envolve várias etapas, que têm que ser criteriosamente executadas, para garantir a qualidade e fiabilidade dos resultados: recolha de dados; tratamento dos dados; aplicação de modelos estatísticos à amostra; inferir conclusões sobre a população.

Em Numismática, isso implica o seguinte:

Fase 1 – Construção de uma amostra aleatória e representativa do tipo numismático em estudo. Ou seja, elaboração de uma base de dados alargada, pela inventariação dos exemplares conhecidos.

Fase 2 – Tratamento dos dados, a saber:

2 *A* – Rigorosa descrição dos exemplares inventariados de um mesmo tipo numismático, incluindo módulo, peso, gravuras, legendas e variantes conhecidas;

2 *B* – Agrupamento e classificação por sub-tipos com características iguais ou semelhantes.

Fase 3 – A aplicação de modelos estatísticos em numismática, especificamente para estes casos, não existe. Daqui saiu a ideia da criação de um Axioma Numismático, que pudesse servir de modelo estatístico, depois de submetido a várias aplicações práticas.

OS PRESSUPOSTOS DO AXIOMA NUMISMÁTICO

O primeiro e mais importante, já ficou dito: -- **a moeda é o produto acabado de uma estrutura industrial organizada, conhecida pelo nome de Casa da Moeda.** Estrutura essa que tinha como uma das suas funções principais, controlar a qualidade e a quantidade de moeda cunhada e emitida em nome do soberano reinante. Pelo menos no que ao corpo da moeda dizia respeito, já que, quanto ao seu rosto numismático e em épocas mais recuadas, como a idade média, as técnicas instrumentais de gravação dos cunhos não permitiam o controlo da qualidade das gravuras das moedas.

Daqui se infere os restantes pressupostos: -- **as moedas de uma mesma época e tipo numismático, produzidas industrialmente em apreciáveis quantidades pelos mesmos processos de gravura e de amoedação, depois de lançadas na circulação transformam-se em objectos que obedecem às leis da distribuição estatística aleatória ao longo dos tempos.** Assim: -- **a sua recolha e coleccionismo dará sempre origem a uma amostra que, se for significativa em quantidade, representa as características médias da amoedação original.**

A metodologia utilizada foi condensada no seguinte axioma numismático, sobre a identificação de falsos numismas:

AXIOMA NUMISMÁTICO – «Numa distribuição aleatória de uma amostra significativa de moedas de um mesmo tipo numismático, é nula a probabilidade de ocorrência de um exemplar genuíno que não obedeça às características médias da população da amostra» (*António Trigueiros, Julho 2014*).

Definições complementares:

1 – *Tipo numismático*: refere-se ao conjunto das gravuras numismáticas que caracterizam uma espécie monetária (p. ex., “Justo”, “Espadim de ouro”, “São Vicente”, “Vintém”, “Cruzado Novo”, etc). Dentro de cada tipo numismático, o nome do monarca, o tipo do desenho das letras das legendas ou as marcas monetárias do local de fabrico, não originam tipos novos, mas apenas variantes da tipologia principal.

Como exemplo, dos tostões de prata e dos portugueses de ouro de D. Manuel I e de D. João III, existem dois tipos numismáticos distintos, o primeiro “manuelino”, saído das amoedações até 1526, e o segundo “renascentista”, posterior a essa data e até 1538. A diferença entre eles reside no desenho das suas gravuras.

Não se deve confundir tipo numismático com espécie monetária. O tostão e o

ceitil, por exemplo, são duas espécies monetárias de longa duração, cuja cunhagem originou uma grande variedade de tipos numismáticos bem distintos uns dos outros.

2 – *Características médias da amostra*: refere-se aos principais elementos decorativos e heráldicos da gravura e das legendas, que marcam e definem o tipo numismático, sem cuidar se o trabalho do gravador de cunhos foi cuidado ou descuidado, se a gravura é bela ou tosca. Como exemplo, os São Vicentes do Porto de D. João III têm uma gravura tosca do santo, sem contudo deixar de obedecer às características da tipologia dos São Vicentes desenhados por António d’Holanda.

3 – *Amostra significativa ou representativa*: refere-se ao número de exemplares inventariados na base de dados, estudados e classificados por sub-tipos. Quanto maior for essa base de dados, melhor representará a população original. Um ou dois exemplares únicos conhecidos de um tipo numismático também único, não representa uma amostra (p. ex., o meio-escudo de ouro de Ceuta; o índio de D. Manuel I, etc).

Daqui se retira a importância de se inventariar, catalogar e estudar o maior número possível de exemplares de uma mesma tipologia, construindo-se uma base de dados alargada (ou seja, uma amostra significativa em quantidade), que irá permitir:

- a. identificar as características médias das gravuras e legendas desse tipo numismático;
- b. comparar essas características médias com os exemplares de autenticidade duvidosa;
- c. concluir que, todo e qualquer exemplar que não corresponda às características médias da amostra é provavelmente falso (não é genuíno dessa época e tipo numismático), ou não é moeda (será um conto para contar, um ensaio, ou uma fantasia).

ALGUMAS APLICAÇÕES PRÁTICAS DO AXIOMA NUMISMÁTICO

I – O PORTUGUÊS DE OURO DE D. JOÃO III, N.º 1 DE ARAGÃO

A inventariação dos portugueses de ouro, o seu estudo e catalogação por sub-tipos, foi publicada em 2014 nas páginas da Revista MOEDA,⁵ em continuação e na sequência da inventariação dos portugueses (ou portuguêsos) de ouro norteeuropeus. Esse conjunto de artigos, publicados ao longo de três anos, entre 2012 e 2014, constitui um tema único a que dei o título de “Nach Portugalis – Portugueses e Portugueses na Europa da Hansa”.

Reinado de D. Manuel I – Foram inventariados 34 exemplares, alguns deles inéditos, que foram divididos em dois sub-tipos numismáticos principais.

⁵ TRIGUEIROS, António Miguel. Inventário dos Portugueses de ouro do reinado de D. Manuel I, 1499-1521. Revista Moeda. Lisboa, vol. 39, pp. 21-41, 2014; Inventário dos Portugueses de ouro do reinado de D. João III, 1522-1539 (1ª parte). Revista Moeda. Lisboa, vol. 39, pp. 69-93, 2014; Inventário dos Portugueses de ouro do reinado de D. João III, 1522-1539 (2ª parte). Revista Moeda. Lisboa, vol. 39, pp. 129-145, 2014.

TIPO PT 1 – Letras “II” direitas no reverso; legenda com “VINCES” (1499 a 1515) – 24 exemplares catalogados EMA.01 a EMA.24, divididos em oito sub-sub-tipos numismáticos.

TIPO PT 2 – Letras “II” traçadas no reverso; legenda com “VINCEES” (1515 a 1521) – 10 exemplares catalogados EMA.25 a EMA.34, divididos em três sub-sub-tipos numismáticos.

Todos os exemplares inventariados estão conformes à característica média das gravuras e das legendas identificadas para o tipo numismático original deste reinado.

Reinado de D. João III – Foram inventariados 9 exemplares do tipo manuelino e 48 exemplares do tipo renascentista joanino, divididos em quatro sub-tipos principais.

TIPO PT 3 – Anverso com IOHANES, estilo manuelino; reverso com “VINCEES” (1522 a 1525) – 9 exemplares, catalogados IOA.01 a IOA.09, divididos em três sub-sub-tipos numismáticos.

A aplicação do Axioma Numismático ao exemplar IOA.09 revelou uma falsificação antiga, que enganou os colecionadores e numismatas desde que foi publicada na História Genealógica em 1738: -- trata-se do português n.º 1 de Aragão, do reinado do rei Piedoso, com a legenda interior terminada em “INDIA”.

Segue a sua descrição tal como foi publicada na revista.

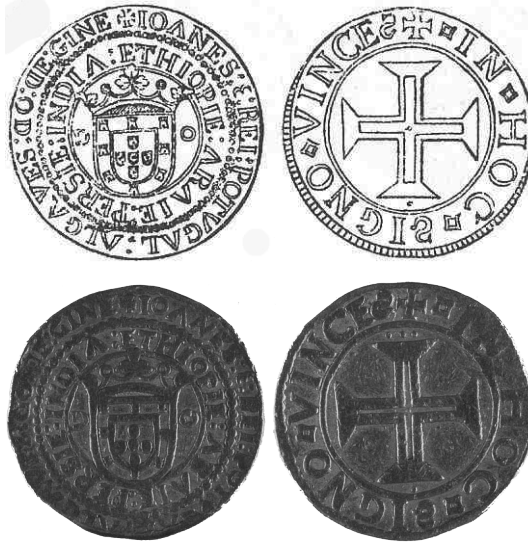


Foto 1 A e B. Desenho publicado em 1738 na História Genealógica (vol. IV, tab.H-58), do exemplar IOA.09 e respectiva fotografia do Museu Numismático Português.
Da colecção do marquês de Abrantes passou para a de Lopes Fernandes e desta para a colecção do rei D. Luís I. Foi a primeira falsidade identificada pela aplicação do axioma numismático.

PT 3.03 – IOANES // VINCES: uma falsificação antiga
Legenda interior terminada em “INDIA”

Anv. **X IOANES : 3** (*inv.*) : **REI : PORTVGAL : ALGARVE : DO : DE : GINE // ETHIOPIE : ARAIE : PERSIE : INDIA** : entre cercaduras granulada e lisa (NN direitas; AA sem travessão; numeral 3 invertido; escudo manuelino largo sem ângulos, de base arredondada, com 8 castelos, sobreposto na cercadura linear nas pontas dos florões da coroa, acostado de G (invertido) e de anelete.

Rev. **+³IN³HOC** \boxtimes **SIGNO** \boxtimes **VINCES** (legenda iniciada por cruz equilateral; letras “SS” invertidas e “NN” direitas; legenda intercalada por quadrados com pontas)

IOA.09 - Museu Numismático Português, INCM, Lisboa, Portugal, inventário n.º 4950, ex-colecção de Lopes Fernandes, ex-colecção de D. Luís I – 34 mm; 34,81 g. Vem desenhada na História Genealógica da Casa Real Portuguesa (tomo IV de 1738, n.º 58), em Lopes Fernandes (1861), em Teixeira de Aragão (Tomo I de 1871, n.º 1) e em Ferraro Vaz (tomo I de 1969, J3.33)

Uma das vantagens na elaboração deste inventário dos portugueses de ouro é a possibilidade de aplicar métodos científicos modernos, de índole estatística, ao conjunto inventariado, tomado como uma amostra aleatória e representativa do conjunto total das amoedações realizadas; ou ainda, a qualquer exemplar que mostre características fora do normal, para a sua época, estilo artístico, legendagem e processos de fabrico.

Como este, que está fora de todas as probabilidades, de todos os estilos e de todas as épocas, com uma grosseira gravura e uma legenda titular que intercala palavras em latim com outras em português moderno e que termina com “Índia”, um nome que só foi usado numa única amoedação quinhentista, na legenda latina do Escudo de São Tomé, de 1544 (e em muitas amoedações espanholas posteriores).

O facto de estar documentado desde 1738, de ter pertencido à colecção de Lopes Fernandes e do rei D. Luís I, e de ter sido catalogada por Teixeira de Aragão, não é motivo suficiente para atestar a sua genuinidade. Um estudo técnico profundo, ao nível da estrutura da liga metálica, deveria comprovar aquilo que para nós é uma evidência numismática: uma falsificação das muitas que se fizeram por todo o século XVIII e XIX (veja-se o caso do morabitino de Braga e do Justo do Porto).

Trata-se de uma cópia grosseira dos exemplares mais tardios do tipo manuelino de D. João III (inventário n.ºs. IOA.07 e 08), cuja permanência nos catálogos portugueses só foi possível pelo desconhecimento de exemplares genuínos desta época e deste período.

Acrecentarei que foi esse desconhecimento que convidou ilustres numismatas, como Ferraro Vaz, a atribuí-lo à casa da moeda do Porto.⁶

⁶ VAZ, Joaquim Ferraro. Livro das Moedas de Portugal. Braga: ed. do autor, 1969. A nota sobre este exemplar J3.33 diz o seguinte: “As características deste português, J3.33, desenho tosco, sinal à esquerda do escudo semelhante a um P incompleto e os SS invertidos, convidam a atribuí-lo à Casa da Moeda do Porto”. Nascia aqui a moda da atribuição ao Porto de todas as moedas com gravuras toscas.

I – O PORTUGUÊS DE OURO DE D. JOÃO III, FERRARO VAZ J3.35

Continuando a inventariação dos portugueses de ouro joaninos, agora já no segundo grande tipo de estilo renascentista, os artigos publicados na revista MOEDA dividiram os 48 exemplares em três sub-tipos principais.

TIPO PT 4 – Anverso com IOANES, estilo renascentista; reverso com VINCEES (1526 a 1537) – 34 exemplares catalogados IOA.10 a IOA.44, divididos em quatro sub-sub-tipos.

TIPO PT 5 – Anverso com IOANES, estilo renascentista. Reverso com VINCES; amoedações de 1537 a 1538 (recunhagens de 1553-1556) – 11 exemplares catalogados IOA.45 a IOA.55, divididos em três sub-sub-tipos numismáticos.

TIPO PT 6 – Anverso com PVRTVGALESE, estilo renascentista; reverso com VINCES, cruz ornamentada ao estilo de Hamburgo e Magdeburgo – 3 exemplares, catalogados IOA.56 a IOA.58.

São os falsos Portugueses de época, de fábrica alemã, erradamente atribuídos por Ferraro Vaz à *casa da moeda do Porto*.⁷

Mais uma vez, a inventariação e classificação dos vários sub-tipos numismáticos permitiu a aplicação do Axioma Numismático aos exemplares IOA.56, 57 e 58, tal como ficou descrito na revista.

Há algo de muito errado nos três exemplares que se seguem. Trata-se de uma “variante” conhecida, em teoria, pelo menos, desde 1738, já que figura em desenho nas páginas da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (H-57, sem as marcas e com vários erros de cópia, como a grafia PORTVGALES:E:, que não existe no original).

Lopes Fernandes e Teixeira de Aragão nunca o viram, tendo aparecido mais tarde no catálogo do leilão da colecção de Julius Meli, de 1910, onde figura sob o n.º 254 (catalogada como variante desconhecida e única). Seria comprado pelo comendador António Pedro de Andrade, figurando hoje nas colecções do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro.⁸ Vem ilustrado em Batalha Reis (n.º 4, dado como de “origem estrangeira”) e Ferraro Vaz (n.º J3.35, atribuído à casa da moeda do Porto).

Um outro exemplar, com diferenças na legenda do anverso, apareceu no leilão da Sotheby’s de Génova, Suíça, de 9 Novembro de 1987, reaparecendo depois noutro leilão da mesma firma, mas em Londres, de 30 Maio 1996. Voltou a aparecer em Lisboa, num leilão da Numisma 39, de 27 Maio 1999. A característica que identifica este exemplar, em excelente estado, é um grande risco na parte de baixo do escudo, e a legenda exterior do anverso terminar em “VLN”.

Um terceiro exemplar, do mesmo par de cunhos do de Meilli, mas em superior estado de conservação, figurava na colecção de Carlos Marques da Costa, hoje BESNumismática, adquirido ao coleccionador António Maçãs, sem outra proveniência conhecida.

⁷ Idem, *ibidem*. A nota sobre este exemplar J3.35 diz o seguinte: “J3.35: português com desenho semelhante ao do tostão J3.156” (conhecido como o tostão 19 de Aragão).

⁸ MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Moedas Portuguesas da Época dos Descobrimentos 1383-1583. Rio de Janeiro: MHN, 2000, p. 172, n.º 126. Legenda interior terminada em “ILA”.

Características principais destes três exemplares: Anverso – a legenda exterior inicia sem o normal elemento separador (cruz ou florão); na legenda aparece a grafia PVRTVGALESE, quando devia estar “Portvgalie”; as marcas monetárias R-C são encimadas por quadrifólios, tal como aparecem em tostões joaninos renascentistas (R-L e L-R); a marca à direita do escudo é um C invertido; a legenda na cartela interior termina em SIPL, uma má cópia de A PSIE I.

Reverso – cruz de Cristo encimada por três pontos em linha, o que nunca acontece nos exemplares deste tipo joanino renascentista (muito embora apareça em tostões de prata do período); a legenda e o florão separador (quadrifólio com três pontos cimeiros) não obedecem às características do reverso comum a todos os exemplares do tipo PT 5 (com VINCES); a cruz de Cristo está cantonada por ornatos floreados, frutos e folhas, o que nunca acontece nos exemplares deste tipo joanino renascentista, nem em nenhuma moeda portuguesa da época.




Foto 2 A, B e C. Desenho publicado em 1738 na História Genealógica (vol. IV, tab. H-57), dos exemplares IOA.56 e 57 e respectiva fotografia do catálogo Meili de 1910 e da coleção Carlos Costa. Não pertenceu à coleção do marquês de Abrantes, tendo sido adicionado por Caetano de Sousa à coleção de estampas da sua obra.

Só voltou a aparecer no leilão da coleção de Julius Meili de 1910.

A aplicação do axioma numismático identificou a falsidade, mas a sua origem estrangeira e alemã, provavelmente de época, só ficou visível após os estudos do autor sobre os portugueses norte-europeus.

PT 6.01 – Anverso: legenda exterior terminada em “INA”


Anv: (*sem separador*) IOANES 3° R : PVRTVGALESE : A . L : C : VL : INA – (ETIP – SIPL), sem cercaduras na borda, cercaduras múltiplas, granulada e lisa no interior. Ao centro, o escudo real ladeado por R –  encimados por florões e rodeado por uma cartela semi-circular interrompida pelo escudo na parte inferior. Numeral 3 com ponto cimeiro, escudo direito, coroa com forro tracejado e diadema com sete aneletes, com os florões bem desenhados e cheios, contidos no limite da cercadura.

Rev: v (*florão encimado por três pontos em linha*) IN :v: HOC :v: SIGNO :v: VINCES, dentro de cartela circular. Ao centro, a cruz da Ordem Militar de Cristo, entre cercaduras múltiplas, lisa e perolada, encimada por três pontos em linha, rodeada por um fio ornamental e cantonada por ornatos lobulares pontuados e floreados.

IOA.56 – Museu Histórico Nacional, colecção António Pedro de Andrade, ex-leilão J. Schulman da colecção de Jules Meili de Zurique, 23 Maio 1910, lote 254, inventário N° SIGA 35442 – 38 mm; 34,73 g; eixo 02 horas. Em deficiente estado de conservação.

IOA.57 – BESNumismática, colecção Carlos Marques da Costa, ex- col. António Maças, Lisboa, Portugal – 38 mm; 34,98 g. Em bom estado.

PT 6.02 – Anverso: legenda exterior terminada em “VLN”

Anv: (*sem separador*) IOANES 3° R : PVRTVGALESE . A . L : C : VLN – (ETI – SIPL), sem cercaduras na borda, cercaduras múltiplas, granulada e lisa no interior. Ao centro, o escudo real ladeado por R –  encimados por florões e rodeado por uma cartela semi-circular interrompida pelo escudo na parte inferior. Numeral 3 com ponto cimeiro, escudo direito, coroa com forro tracejado e diadema com seis aneletes, com os florões mal definidos (ressaltos), contidos no limite da cercadura.

Rev: como no anterior, cruz de Cristo encimada por três pontos em linha. Muitos ressaltos e riscos.

IOA.58 – Leilão Numisma 39, 27 Maio 1999, lote 20, ex- leilão Sotheby’s Londres, 30 Maio 1996, lote 47, ex- leilão Sotheby’s Genève, 9 Novembro 1987, lote 1 – 37 mm, 35,27 g. Em bom estado (risco no anverso sobre o escudo)

Uma falsificação alemã de época – De todos os numismatas que tiveram a oportunidade de examinar o exemplar de Meilli, apenas Batalha Reis desconfiou desse estilo tão diferente do nosso, e escreveu na sua *Cartilha* e depois *Preçário*: «*Est. 38, D. João III, n.º 4 – Portugêis R - ; Rev.º floreado; origem estrangeira*». Ferraro Vaz fê-lo desenhar nos seus catálogos (J3.35) dizendo que era parecido ao tostão 19 de Aragão (estampa XVI) e catalogando-o como do Porto.

(Hoje sabe-se bem, pelos estudos de Raúl Couvreur e Paulo de Lemos, que esse tostão 19 de Aragão ou é um conto para contar ou é, na minha opinião, uma grosseira falsificação, tal como o português IOA.09 também o é)

“Portugalese” significa “Português” em alemão - Ninguém reparou ou soube interpretar a parte mais significativa da legenda do anverso, que porta a assinatura do falsário: PVRTVGALESE, em vez de “Portvgalie”. Mas agora, depois da publicação desta série de artigos sobre os *Portugaleser* alemães, escandinavos e outros, é mais fácil entender que estes exemplares são mesmo de fábrica alemã, tal como Batalha Reis suspeitou, mas não conseguiu provar.

Um reverso floreado, cópia de Hamburgo e de Magdeburgo – Mas não é só no anverso que a falsificação deixou a sua marca, veja-se o floreado no fio ornamental que circunda a cruz de Cristo, nunca usado em moeda portuguesa, mas que foi usado nas amoedações de Portugalóides do tipo 2 de Hamburgo, desde 1574 a 1577, e de Magdeburgo, de c. 1580-1590: vejam-se os anteriores artigos desta série na revista MOEDA 1/2012, p. 28; e 3/2012, p. 125 e 135. Nunca antes de 1574 este estilo floral tinha sido usado.

Uma marca que nos permite calcular que a sua cunhagem terá tido lugar depois de 1580, a cargo de uma conceituada casa de moeda do norte alemão (talvez mesmo em Hamburgo, ou nas cercanias), com gravadores experientes que copiaram as gravuras dos tostões de prata e dos portugueses com estilo e cuidado, adicionando-lhe, tal como nos primeiros Portugalóides alemães, um nome que fosse reconhecido por todos (*Portugaleser* = Português) e uma imagem da cruz que também fosse reconhecida e associada aos Portugalóides de Hamburgo.

Em adicional ao que ficou dito, recorda-se aqui a relação publicada por Veloso Salgado em Lisboa, em 1800, das moedas dos países estrangeiros, e do que fala do ouro de Hamburgo: «*PORTUGALES é moeda antiga, que pouco gira no comércio, e se guarda com estimação, assim como em Portugal se faz aos dobrões de cinco moedas (...) vale 10 ducados e se recebe no banco por 22 thalers ou 66 marcos*».⁹

III – O JUSTO DITO DO PORTO DE D. JOÃO II, LEILÃO NUMISMAN.º 100

Tal como acima, o aparecimento de um exemplar do Justo de D. João II, com características de gravura fora do normal, ditas “estranhas”, motivou a aplicação do axioma numismático, seguindo a metodologia acima definida: inventariação, classificação e divisão em sub-tipos numismáticos; comparação com o exemplar duvidoso; e conclusão.

Nesse estudo, publicado pelo Fórum dos Numismatas em Maio de 2015, foram inventariados 17 exemplares, o que permitiu a sua divisão em quatro sub-tipos principais.¹⁰

Tipo IVS 1 – Anverso com o numeral do monarca como IOANS 2º // 7 exemplares, catalogados como IVS 1.01 a IVS 1.07

⁹ VELOSO, Fr. José Mariano. Relação das moedas dos países estrangeiros, com o valor de cada uma reduzido ao dinheiro Português, para o uso dos comerciantes, publicada debaixo dos auspícios, e ordens, de S. Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor. Lisboa: Offic. da Casa Litter. do Arco do Cego, 1800, p. 30.

¹⁰ TRIGUEIROS, António. Inventário colecionista e museólogo dos Justos de D. João II de Portugal. Bombarral: ed. Fórum dos Numismatas, 2015.

Tipo IVS 2 – Híbrido: anverso com legenda tipo 1, numeral do monarca tipo 3 // 1 exemplar, IVS 2.01

Tipo IVS 3 – Anverso com o numeral do monarca como IOHANES II // 8 exemplares, catalogados como IVS 3.01 a IVS 3.08

Tipo IVS 4 - O Justo dito do Porto // 1 exemplar, IVS 4.01

Segue a descrição deste último exemplar e a análise comparativa com os restantes.



Foto 3 A, B e C. O Justo dito do Porto, com anverso e reverso em comparação com dois outros Justos de Lisboa (exemplar IVS 1.03, da Lusitânia Seguros e IVS 3.08, do leilão Numisma 100). As dúvidas que subsistiam sobre a genuinidade ou falsidade desse exemplar IVS 8.01, desapareceram após a aplicação do axioma numismático.

TIPO IVS 4 – Justo dito do Porto

Anv. + IO[¯]ANES : I I : R : PORTVG[¯]ALIE : ET : [¯]A : DNS : GVINE, na orla circular, entre cercaduras lisas (letras [¯]A e N). Letras II e NN de formato ampulheta; letras grossas e cheias, sem recorte biselado. Castelos do escudo como torres de quatro ameias; chefe do escudo interrompido; campo ornanentado que se prolonga pelo campo dos florões. Coroa do escudo com cinco grandes florões intercalados por pontos.

Rev. + IVSTVS : VT : PALMA : FLOREBIT, numa orla circular. Ao centro, dentro de uma

cercadura circular lisa que passa sob a coroa, a figura do rei de pé, coroadado, couraçado e com manto preso ao pescoço, que se prolonga até aos pés, armado de uma espada ao alto na mão direita, cuja ponta intercepta a cercadura exterior. Lateralmente, elementos gráficos que pretendem representar as extremidades enroladas da cartela (que não existe), dos apoios dos braços e das guardas de uma cadeira (que não existe), encimado por pedúnculos intercalados por pontos do formato de uma coroa. Junto à orla inferior direita, a letra P de formato curvilíneo serifado.

IVS 4.01 – Numisma leilão 100, Outubro 2014, ex-leilão Schulman da col. Jules Meili, Maio 1910, It 183, ex-leilão Schulman da col. Carvalho Monteiro, Junho 1926, It 25, ex-leilão Glendining da col. Robert Shore, Julho 1945; F Vaz J2.186 com desenho e foto do mesmo exemplar: 30 mm; 5,90 g

Análise deste último exemplar – A aplicação do Axioma Numismático permitiu chegar a várias conclusões:

1 – O justo do Porto não obedece às características médias da gravura do anverso do seu tipo e sub-tipos IVS 1, 2 e 3, quer no desenvolvimento da legenda, quer no tipo das letras gravadas, quer no desenho do escudo real e dos florões da coroa;

2 – O justo do Porto não obedece às características médias da gravura do reverso do seu tipo e sub-tipos IVS 1, 2 e 3, quer na ausência da cartela da legenda, que se dobra e enrola no campo inferior, quer na ausência da cadeira de espaldar alto gótico encimado por flores de lis, com guardas laterais encimadas por pomos, quer pela figuração do rei, armado e couraçado, mas de pé, em vez de sentado na cadeira.

O estudo comparativo com os 16 exemplares acima inventariados permite ainda concluir que:

3 - o justo do Porto não foi copiado de um desenho à pena (o primeiro só foi publicado por Lopes Fernandes em 1856, não existindo na História Genealógica de 1736, nem nas Notícias de Portugal de 1763, de Severim de Faria), porque se o tivesse sido, o falsário teria sabido representar a cadeira, os apoios dos braços, os pomos, a cartela, etc.;

4 – O justo do Porto apresenta uma legenda titular igual à que aparece descrita nessas anteriores obras, que transcrevo: «*Ioannes Secundus R. Portugal. Algar. Dominus Guinè*; que hé: *Ioão II. Rey de Portugal, & Algarve, Senhor da Guiné*». Daqui saiu IOANES II R PORTVGALIE ET A DNS GVINE, copiando o estilo da letra gótica tardia do sub-tipo IVS 1, mas dando-lhe o formato moderno do feitio de ampulheta, e sem saber que, com o numeral do monarca como II, do sub-tipo 3, o seu nome teria que ter um H como IOHANES;

4 – o justo do Porto foi copiado de exemplares genuínos, apresentando elementos misturados de alguns dos exemplares acima inventariados dos sub-tipos IVS 1 e 3.

Eventualmente, o seu deficiente estado de conservação impediram o falsário de compreender toda a dinâmica da gravura do reverso, com o rei sentado numa cadeira gótica de espaldar alto entalhado, e circundado por uma cartela que dobra

para baixo e enrola junto à cadeira, elementos esses que interpretou à sua maneira, numa composição sem sentido nem nexos;

6 – a época desta falsificação poderá, assim, situar-se entre 1750 e 1850, talvez mais perto da última data.

Conclusão final - Apesar do seu impressionante “pedigree” colecionista, o justo do Porto tem uma muito elevada probabilidade de ser uma falsificação moderna, grosseira e tosca, eventualmente feita a pedido do próprio colecionador, para colmatar uma falta de moedas do Porto na sua colecção. Depois de nela ter entrado, nenhum outro numismata ou colecionador se preocupou, durante mais de um século, em fazer um exame técnico a esse exemplar, que foi transitando de colecção em colecção, de leilão em leilão, de catálogo em catálogo, sem nunca ter sido dada a oportunidade de ser examinado com o cuidado que merecia.

IV – A CONCEIÇÃO DE PRATA DE D. JOÃO IV DE 1650, FERRARO VAZ

Este estudo foi publicado na revista *Nvmmvs* de 2014, compreendendo um exaustivo inventário e descrição das moedas e medalhas com a imagem da Virgem Imaculada da Conceição de Vila Viçosa, padroeira de Portugal desde 1646, existentes em colecções públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.¹¹

A classificação por tipos resultou na seguinte divisão:

Tipo CO 1 – A Conceição como Moeda: originais de prata de D. João IV, de 1648. Escudo com bordadura dos castelos lisa // 11 exemplares, catalogados como CO 1.01 a CO 1.11

Tipo CO 2 – A Conceição como Moeda: originais de prata de D. Pedro II, era de 1648. Escudo com bordadura dos castelos lisa // 1 exemplar, catalogado como CO 2.02 (CO 2.01 desconhecido)

Tipo CO 3 – A Conceição como Venera: réplica de prata de uma moeda de D. Pedro II, era de 1648. Escudo com bordadura dos castelos lisa // 1 exemplar, CO 3.01

Tipo CO 4 – A Conceição como Medalha de Oferta: originais de prata de D. João IV, era de 1648. Escudo com bordadura dos castelos lisa // 1 exemplar, CO 4.01

Tipo CO 5 – A Conceição como Medalha de Oferta: réplicas fundidas de D. João IV, era de 1648. Bordadura dos castelos lisa // 1 exemplar, CO 5.01

Tipo CO 6 – A Conceição como Medalha de Oferta: originais de prata de D. Pedro II, sem data. Escudo com bordadura dos castelos estriada // 2 exemplares, CO 6.01 e CO 6.02

Tipo CO 7 – A Conceição como Medalha em nome de D. João IV, era de 1648: recunhagens até 1890. Escudo com bordadura dos castelos estriada // 12 exemplares, catalogados como CO 7.01 a CO 7.09 (a – d)

¹¹ TRIGUEIROS, António Pacheco. A Conceição: Moeda, Medalha e Venera da Padroeira de Portugal. *Nvmmvs*, 2.ª Série, vol. 37, pp. 43-94, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 2014

Tipo CO 8 – A Conceição com a era de 1650. Escudo com bordadura dos castelos lisa // 2 exemplares, CO 8.01 e CO 8.02

Desse inventário transcrevemos a análise feita a estes dois exemplares datados de 1650.

Quanto ao exemplar com era de 1650 (Cartilha e Preçário, n.º 29), da colecção do banqueiro Afonso Pinto de Magalhães do Porto, posteriormente integrada na ex-colecção do Banco Mello, e actual colecção do Banco Millennium/BCP, é nitidamente de fábrica moderna, nada tem a ver com os exemplares originais.

Um primeiro exemplar foi leiloado em Amesterdão, em Outubro de 1927 (lote 57, peso 29,4 g). Um segundo exemplar apareceu nas colecções do Millennium BCP, certamente vindo dos acervos do Banco Português do Atlântico ou do Fonsecas e Burnay, tendo sido leiloado em Lisboa em Março de 2013.



Foto 4 A e B. *A Conceição de prata, exemplar CO 1.07, moeda original de D. João IV de 1648 (da colecção Carlos Costa), com anverso e reverso em comparação com a Conceição de 1650, exemplar CO 8.01 (da colecção Millenium BCP).*

A modernidade das suas gravuras denunciou a sua falsidade, o que foi confirmado pela aplicação do axioma numismático.

CO 8.01 – D. João IV, era de 1650. Falsa réplica moderna, finais do séc. XIX, casa da moeda de Paris (?). Banco Millennium BCP, ex-leilão Jacques Schulman de 31 de Outubro de 1927 (Amesterdão, lote 57), ex-colecção Afonso Pinto de Magalhães, ex-col. Banco Mello, Porto: prata, cunhada, módulo 42,6 mm, peso 29,34 g. Catálogo Banco Mello n.º 125. ¹²

¹² FARIA, Miguel Figueira de – Colecção numismática do Banco Mello: história e património, Porto: Banco Mello, 1997. Este exemplar apareceu pela primeira vez no leilão Schulman de Outubro de 1927, em Amesterdão (lote 58), integrado numa das mais notáveis colecções portuguesas de medalhas de finais do século XIX, formada por um “Amateur Portugais Distingué” (distinto coleccionador português), residente em Paris.

CO 8.02 – D. João IV, era de 1650. Falsa réplica moderna, finais do séc. XIX, casa da moeda de Paris (?). Leilão Numisma 95/2013 (lote 812), das colecções do Banco Millennium BCP, Porto: prata, cunhada, módulo 42 mm, peso 27,95 g.

Fabricada em Lisboa ou em Paris? - É aqui que o estudo industrial da casa da moeda de Lisboa, que publicamos no nosso livro sobre a história do Escudo Português, se revela de grande utilidade. A falsa Conceição de 1650 revela uma gravura seca, uniformemente perfeita, plasmada de cunhos requintadamente maquinados, que não podiam ter sido obra feita em Lisboa, por duas razões simples: a primeira, porque a sua produção deixaria um rasto documental e já teria sido detectada; a segunda e mais importante, porque a casa da moeda de Lisboa só teve a sua primeira máquina moderna de redução de cunhos, o pantógrafo tridimensional Victor Janvier, em 1912, donde saíram os cunhos de todas as primeiras moedas republicanas.

Mas em Paris, tudo era possível mandar fazer e, de facto, era em Paris que desde finais do século XIX se mandavam abrir os cunhos para moedas e para medalhas, tais como os das moedas comemorativas do Marquês de Pombal e da Guerra Peninsular, de 1910, ou os cunhos das medalhas comemorativas de Almeida Garrett em 1899, e os da Guerra Peninsular, em 1910, cunhos esses reduzidos mecanicamente de desenhos ou de esculturas, nos grandes pantógrafos Janvier.¹³

Apesar de não existir qualquer prova documental, a observação atenta das gravuras maquinadas das falsas Conceição de 1650, em sintonia com o conhecimento do estado de evolução instrumental da indústria da moeda nos finais do século XIX, permite-nos uma conclusão: -- as réplicas de 1650 terão sido cunhadas em Paris, se não mesmo na sua casa da moeda, eventualmente, por encomenda de um colecionador português, talvez o mesmo “distinto amoroso residente em Paris” do leilão de 1927 (era o milionário Carvalho Monteiro), obcecado com a ideia de não ter na sua colecção um desses raros ensaios de 1650, de que falava Teixeira de Aragão...

Como foi possível que esta réplica moderna tenha sido considerada como uma moeda original de 1650? Como foi possível que ninguém tenha dado pelo engano? Como foi possível catalogar uma como duvidosa e a outra, igual, como boa?

O primeiro exemplar CO 8.01 tem um módulo e um peso muito superior aos originais, toda ele revela um perfeito enchimento dos cunhos, ou seja, revela o recurso a poderosas máquinas de estampar medalhas. Não denota o mais pequeno desgaste nos pontos altos do relevo, coroa, castelos e quinas do escudo, ou na cabeça e no panejamento da imagem, toda ela está artificialmente patinada. O segundo exemplar CO 8.02 apresenta umas mossas fingidas no bordo, uma gravura algo puída, para lhe dar antiguidade. Mas os dois exemplares provêm do mesmo par de cunhos.

A cópia é fiel e de grande qualidade. No entanto, alguns pormenores da nova

¹³ TRIGUEIROS, António Miguel. A Grande História do Escudo Português. Ob., cit., p. 71.

gravura destoam do original: -- a legenda titular termina sem qualquer ponto; o espelho está direito; o sol não intercepta a cercadura exterior, o relvado inferior não existe, substituído por uma espécie de calçada; o Horto não desaparece por debaixo do globo; os algarismos da era não correspondem ao desenho da época; as letras da legenda são mais grossas, etc.

Podemos concluir que não existiu nunca nenhuma moeda da Conceição com a era em que foi autorizada a sua cunhagem (1650), o cunho original foi gravado em França em 1648 e todas as réplicas e reproduções feitas posteriormente respeitaram essa data, muito à custa de um grande desgaste do cunho original.

ALGUNS DESAFIOS QUE AGUARDAM OUTRAS APLICAÇÕES DO AXIOMA NUMISMÁTICO

Na numária das duas primeiras dinastias existem, pelo menos, três bons exemplos em que se pode praticar a aplicação do axioma numismático.

O primeiro, sobre o morabitino de D. Afonso II com escudos modernos, que foi a leilão em França em Dezembro de 2007 (CGB 33, lote 1500, peso 3,8 g). Belo exemplo de uma falsificação moderna, com recurso a sofisticada metalurgia da liga metálica, reproduzindo a liga original, cuja falsidade será necessário provar pelo aplicação do Axioma Numismático.

O segundo, sobre o tostão de D. João III n.º 19 de Aragão, que promete um estudo e um inventário do maior interesse colecionista e numismático. Será moeda, ou não-moeda?

O terceiro, sobre o cruzado de D. João III, Ferraro Vaz J3.34, mais um exemplar catalogado na casa da moeda do Porto, só porque não havia outro lugar onde o pôr. Implica um inventário dos cruzados de ouro joaninos, um trabalho que há muito devia ter sido feito.

Muitos outros poderão de ora em diante ser realizados e levados à prática, sem esquecer a metodologia obrigatória para se poder aplicar o Axioma Numismático: -- inventariação da base de dados; classificação e divisão tipológica da base de dados; comparação com os exemplares duvidosos; conclusão.

Lisboa, 30 de Junho de 2015

